



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
FORÇA-TAREFA DESIGNADA PELA PORTARIA Nº 128, DE 14/04/2011

Fls.
Proc.: 713/03

Rubrica

Informação nº 05/2011-FT

Brasília-DF, em 27 de abril de 2011.

Processo nº 713/2003 (Apenso: Processos nº 121.000.100/2002-GDF; 121.168.170/2001-GDF e 567/2002-TCDF)

Origem: CODEPLAN

Assunto: Prestação de Contas Anual

Ementa: Prestação de Contas Anual. CODEPLAN. Exercício de 2001. Levantamento da causa de sobrestamento dos autos. Audiência.

Senhor Inspetor,



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
FORÇA-TAREFA DESIGNADA PELA PORTARIA Nº 128, DE 14/04/2011

Fls.
Proc.: 713/03

Rubrica

Este Processo foi autuado para exame da Prestação de Contas Anual da Companhia do Desenvolvimento do Planalto Central – CODEPLAN, relativa ao exercício de 2001.

2. A presente análise se dá em decorrência dos termos da Portaria nº 128, de 14/04/2011, editada pela Presidente do Tribunal de Contas do Distrito Federal, ilustre Conselheira Marli Vinhadeli, que constituiu força-tarefa para apuração dos fatos referidos no Processo nº 11926/11 (Ofícios nº 068-CF e 069-CF, de 11/04/2011).

3. Responsáveis indicados à fl. 66:

AGENTE RESPONSÁVEL	CARGO	PERÍODO
DURVAL BARBOSA RODRIGUES	Diretor-Presidente	01/01 a 31/12/2001
FRANCISCO SEBASTIÃO MORAIS	Diretor Administrativo e Financeiro	01/01 a 17/08/2001
RICARDO LIMA ESPÍNDOLA		18/08 a 12/09/2001
DANTON EIFLER NOGUEIRA		13/09 a 31/12/2001
DANTON EIFLER NOGUEIRA	Diretor-Técnico	01/01 a 12/09/2001
RICARDO LIMA ESPÍNDOLA		13/09 a 31/12/2001
ABERONES DA SILVA	Diretor de Informática	01/01 a 31/12/2001

4. Relatório e Certificado de Auditoria nº 63/2002-SUAUD (fls. 433 a 451– apenso nº 121.000.100/02) concluem pela regularidade com ressalvas das contas em tela.

5. As ressalvas a que se refere o Controle Interno são de natureza formal¹.

¹ Desconformidade do saldo das contas investimentos, bens tangíveis, depósitos (passivo circulante), repasse a maior a devolver, provisão; responsabilidade por títulos e valores; ausência



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
FORÇA-TAREFA DESIGNADA PELA PORTARIA Nº 128, DE 14/04/2011

Fls.
Proc.: 713/03

Rubrica

6. Às fl. 122 a 1ª ICE indica que os Processos nº 464/03², 2120/03³, 3185/99⁴, 1017/01⁵, 1822/04⁶, 2320/04⁷, 875/02⁸ e 876/02⁹ podem influenciar a análise destas contas.

7. Feito esse breve introito, passamos às principais Decisões prolatadas nos autos:

- **nº 5020/03** - O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, tendo em conta a instrução, **determinou à Companhia do Desenvolvimento do Planalto**

de planejamento e de projeto básico (contratos de gestão); ausência de informações no processo e no contrato de gestão; suprimimento de fundos (ausência de informação quanto à situação do suprido); aplicação indevida do suprimimento de fundos.

- ² Auditoria operacional realizada na então Companhia do Desenvolvimento do Planalto Central - CODEPLAN, levada a efeito pela 1ª ICE, em cumprimento ao Plano Geral de Ação para 2003.
- ³ Inspeção realizada na Companhia de Planejamento do Distrito Federal - CODEPLAN para verificação da regularidade do Contrato nº 21/2001, firmado com dispensa de licitação, fundada no art. 24, inciso IV, da Lei nº 8.666/93, com a empresa Power Marketing Promoções e Publicidade Ltda., visando à prestação de serviços de publicidade e propaganda.
- ⁴ Contratos de gestão celebrados pela Companhia do Desenvolvimento do Planalto Central - CODEPLAN com o Instituto Candango de Solidariedade - ICS, com dispensa de licitação.
- ⁵ Relatório de Auditoria Operacional nº 05/2001, realizada pela Gerência de Auditoria e Controle da Diretoria de Auditoria e Controle, vinculada à então Subsecretaria de Auditoria da Secretaria de Fazenda e Planejamento do Distrito Federal (à época o Órgão Central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo local), tendo por objeto a verificação da regularidade do Contrato de Gestão celebrado entre a Companhia do Desenvolvimento do Planalto Central - CODEPLAN e o ICS - Instituto Candango de Solidariedade.
- ⁶ Tomadas de contas especiais instauradas para apurar responsabilidade por irregularidades na prestação de contas do Contrato de Gestão firmado entre a Companhia de Planejamento do Distrito Federal e o extinto Instituto Candango de Solidariedade.
- ⁷ Tomada de contas especial instaurada em atendimento à determinação constante da Decisão nº 3230/2004, com a finalidade de apurar responsabilidade por prejuízos na execução dos serviços de publicidade e propaganda a que se refere o Contrato nº 21/2001, firmado entre a Companhia do Desenvolvimento do Planalto Central - CODEPLAN e a empresa Power Marketing Promoções e Publicidade Ltda.
- ⁸ Contratos emergenciais nºs 12/01 e 24/01, celebrados, com dispensa de licitação, com fundamento no art. 24, IV, da Lei nº 8.666/93, entre a CODEPLAN e a empresa Xerox Comércio e Indústria Ltda.
- ⁹ Contrato nº 08/01, celebrado entre a Companhia do Desenvolvimento do Planalto Central - CODEPLAN e a NCT Informática Ltda., tendo por objeto a prestação de serviços de suporte e manutenção de programas pertinentes ao Sistema Gerenciador de Banco de Dados Informix - SGBD.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
FORÇA-TAREFA DESIGNADA PELA PORTARIA Nº 128, DE 14/04/2011

Fls.
Proc.: 713/03

Rubrica

Central – CODEPLAN que, no prazo de 30 (trinta) dias, encaminhe à Corte: I

– a demonstração sintética das imobilizações, indicando o saldo do exercício anterior e as aquisições e baixas havidas no período, conforme dispõe o art. 147, inciso III, c/c o art. 146, ambos do Regimento Interno do TCDF; II – os resultados de trabalhos de auditoria realizados na entidade por empresas ou auditores especializados, no exercício de 2001 ou posterior, desde que, neste último caso, abordem matérias atinentes ao ano em epígrafe, nos termos do art. 147, inciso XIII, do regimento referido no item anterior;

– **nº 1098/05** - O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, tendo em conta a instrução, decidiu: I - tomar conhecimento da prestação de contas anual em apreço, relevando os atrasos verificados no seu encaminhamento ao Controle Interno e a este Tribunal; II - **considerar atendida a diligência ordenada pela Decisão nº 5020/2003**; III - **determinar à Companhia do Desenvolvimento do Planalto Central que, no prazo de 30 (trinta) dias:** a) **encaminhe ao Tribunal a documentação necessária para o saneamento das falhas verificadas** no Processo nº 121.168.170/2001, Inventário Patrimonial, que se encontra composto por Termos de Responsabilidade não datados e sem as assinaturas dos responsáveis, e com valor total dos bens divergindo em relação ao valor anotado no Balanço Patrimonial de 31/12/2001; b) preste ao Tribunal informações sobre: 1 - o resultado da sindicância objeto do Processo nº 121.000.135/2001, instaurada para apurar, em fase preliminar, os fatos relativos aos bens não localizados no inventário físico referente ao exercício de 2001; 2 - a transferência do valor da multa aplicada pela Corte ao cidadão nominado na alínea “b” da Decisão nº 5012/2001 aos cofres da então Secretaria de Estado de Fazenda e Planejamento, de acordo com o disposto no art. 186 do Regimento Interno/TCDF e determinação constante da alínea “d” da mesma decisão, multa esta referente à tomada de contas especial de que trata o Processo GDF-nº 040.007.800/94, mencionado no demonstrativo acostado às fls. 396/397 do Processo GDF-nº 121.000.100/02; 3 - o valor original, ou sua estimativa, do dano apurado no Processo GDF-nº 121.165.751/01, igualmente constante do demonstrativo acostado às fls.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
FORÇA-TAREFA DESIGNADA PELA PORTARIA Nº 128, DE 14/04/2011

Fls.
Proc.: 713/03

Rubrica

396/397 do Processo GDF-nº 121.000.100/2002, com a imediata remessa daqueles autos ao Tribunal, via Controle Interno, para apreciação e julgamento, se o referido valor for superior ao limite de alçada, fixado pela Resolução-TCDF nº 126, de 22/03/2001; 4 - as diferenças no recolhimento do FGTS apontadas no subitem II.3.2 do Relatório de Auditoria no Departamento de Pessoal/GEPEs, produzido pela empresa MN3 Auditores e Consultores Associados S/C; 5 - o andamento atual das medidas adotadas para a regularização da ocorrência apontada no subitem III.2.2 do Relatório de Auditoria nº 063/2002-SUAUD, apresentando, inclusive, documentos que comprovem essas iniciativas; o) justifique a não constituição de provisões dos tributos a recolher (IRPJ e CSLL), nos meses de maio, julho, agosto, outubro e novembro/2001, conforme apontado no subitem II.2.7 do Relatório de Auditoria na GEAFI – Gerência Administrativa e Financeira, elaborado pela empresa MN3 Auditores e Consultores Associados S/C; IV - **determinar, ainda, à referida Companhia** que promova, na elaboração das futuras demonstrações financeiras, os ajustes sugeridos pela empresa MN3 Auditores e Consultores Associados S/C, nos subitens II.2.4 e II.2.5 do Relatório de Auditoria na GEAFI - Gerência Administrativa e Financeira, em suas fls. 8 e 9, bem como no item II.5 do Relatório de Auditoria na DIRAF - Diretoria de Administração Financeira, em suas fls. 6 e 7 - Empresas Controladas pelo Setor Público, no tocante ao Demonstrativo da Composição Acionária do Capital Social; V - ordenar o arquivamento do Processo nº 567/2002, apenso, que trata do resultado de ações fiscalizadoras realizadas pela 1ª ICE, com base nos Relatórios do SISCOEX; VI - autorizar a devolução à origem dos Processos GDF-nºs 121.000.100/2002 e 121.168.170/2001 e respectivos anexos, para possibilitar à CODEPLAN o atendimento das determinações a que se refere o item III, acima, alertando que os aludidos processos deverão retornar a esta Corte após o cumprimento das determinações;

– **nº 5205/05** - O Tribunal, por maioria, de acordo com o voto da Relatora, tendo em conta a instrução, relevando o atraso apontado, decidiu: I



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
FORÇA-TAREFA DESIGNADA PELA PORTARIA Nº 128, DE 14/04/2011

Fls.
Proc.: 713/03

Rubrica

- tomar conhecimento do Ofício nº 2447/2005-PRESI, de 15/08/05, e dos documentos que o acompanham (fls. 147 a 190), considerando insatisfatórias as justificativas apresentadas pela Companhia do Desenvolvimento do Planalto Central-CODEPLAN, em atendimento à diligência ordenada pela Decisão nº 1098/2005; II - **determinar àquela Companhia que remeta imediatamente ao Tribunal, via controle interno, a tomada de contas especial de que trata o Processo GDF nº 121.165.751/01, a teor da determinação constante do item III, alínea “b”, subitem 3, da Decisão nº 1098/2005;** III – sobrestar o julgamento das contas anuais, até a conclusão das matérias apreciadas nos Processos TC nºs 1017/01, 464/03, 2120/03, 1822/04 e 2320/04, bem como da tomada de contas especial objeto do Processo GDF nº 121.165.751/01. Parcialmente vencido o Conselheiro JACOBY FERNANDES, nos termos de sua Declaração de Voto, apresentada em conformidade com o art. 71 do RI/TCDF, que será publicada, juntamente com o Relatório/Voto da Relatora, em anexo à ata (Anexo II).

8. Com relação aos processos apontados pela primeira instrução dos autos, tidos por passíveis de influência nas contas anuais da CODEPLAN de 2001, cabe-nos tecer alguns comentários.

9. A esse respeito, é de todo procedente destacar o comando disposto no item III da Decisão nº 658/07, exarada no Processo nº 2677/05, por meio do qual o TCDF orientou *a 1ª ICE a proceder ao reexame, a cada instrução processual, das causas materialmente passíveis de influência no julgamento da prestação de contas anual da CODEPLAN.*

10. Nesse sentido, registramos que a Decisão nº 3371/10¹⁰, prolatada

¹⁰ O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto da Relatora, decidiu: I – não conhecer dos pedidos formulados por Durval Barbosa Rodrigues, concernentes à oitiva do representante do MPDFT, ao sobrestamento deste feito e a aplicação do instituto da delação premiada ao processo, dada a ausência de amparo legal para tanto (precedente: Processo nº 4243/10); II - deferir ao interessado a prorrogação de prazo, por 30 (trinta) dias, para apresentação de defesa, em virtude do item II da Decisão nº 29/10; III – dar conhecimento ao requerente desta decisão, mediante o encaminhamento de cópia da Informação nº 94/10-1ª ICE/Divisão de Acompanhamento e do



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
FORÇA-TAREFA DESIGNADA PELA PORTARIA Nº 128, DE 14/04/2011

Fls.
Proc.: 713/03

Rubrica

no Processo nº 875/02, resolve o óbice atinente ao eventual impedimento do ilustre Conselheiro Renato Rainha, em votações passadas atinentes à CODEPLAN.

11. A mesma Decisão nº 3371/10 libera, ainda, o trâmite do Processo nº 876/02, cujas Decisões nº 7909/09¹¹ e 3689/10¹² proporcionam a retomada do normal andamento daquele feito.

12. No que se refere ao Processo nº 3185/99, nas razões constantes da Informação nº 1/2011-FT, restou demonstrado que o atual estágio daqueles autos – cobrança executiva do Acórdão nº 81/04 -, já resolvidos os eventuais incidentes, não constitui causa de sobrestamento de qualquer feito neste Tribunal, podendo as impropriedades apontadas naqueles autos ser consideradas para a finalidade de julgamento das contas anuais da CODEPLAN.

relatório/voto da Relatora; IV - autorizar o retorno dos autos à 1ª ICE, para cumprimento da Decisão nº 29/10. A Senhora Presidente, Conselheira ANILCÉIA MACHADO, deixou de participar do julgamento da matéria, por força do art. 16, VIII, do RI/TCDF, c/c o art. 135, parágrafo único, do CPC. Impedido de participar do julgamento deste processo o Conselheiro INÁCIO MAGALHÃES FILHO, por força do art. 134, inciso II, do CPC.

¹¹ O Tribunal, por maioria, acolhendo os votos dos Revisores, Conselheiro RONALDO COSTA COUTO, datado de 14.10.09, e Conselheira MARLI VINHADELI, de 07.12.09, decidiu: I) negar provimento ao pedido de fs. 466-474, mantendo as Decisões nºs 2626/05, 622/06, 4446/06, 6067/06, 6347/06 e 2840/07; II) dar ciência desta decisão aos autores do pedido de fs. 466-474; III) determinar o retorno dos autos à 1ª ICE, para as providências de sua alçada. Vencido o Relator, que manteve o seu voto. O Conselheiro RENATO RAINHA deixou de votar, por força do art. 16, VIII, do RI/TCDF, c/c o art. 135, inciso I, do CPC.

¹² O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto da Relatora, decidiu: I – não conhecer dos pedidos formulados por Durval Barbosa Rodrigues, concernentes à oitiva do representante do MPDFT, ao sobrestamento deste feito e a aplicação do instituto da delação premiada ao processo em exame, dada a ausência de amparo legal para tanto (precedentes: Processos nº 875/02 e 10478/07); II - dar conhecimento desta decisão ao Requerente, mediante o encaminhamento de cópia da Informação da 1ª ICE/Divisão de Acompanhamento, do Parecer nº 812/10-CF e do relatório/voto da Relatora; III - autorizar o retorno dos autos à 1ª ICE. A Senhora Presidente, Conselheira ANILCÉIA MACHADO, deixou de atuar nos autos, por força do art. 16, VIII, do RI/TCDF, c/c o art. 135, parágrafo único, do CPC. Impedido de participar do julgamento deste processo o Conselheiro INÁCIO MAGALHÃES FILHO, por força do art. 134, inciso II, do CPC.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
FORÇA-TAREFA DESIGNADA PELA PORTARIA Nº 128, DE 14/04/2011

Fls.
Proc.: 713/03

Rubrica

13. Com referência ao Processo nº 464/03, ainda que a Decisão nº 2778/07¹³ e o Acórdão nº 99/07 tenham sido objeto de Pedido de Reexame, conhecido pela Decisão nº 3439/10¹⁴, o motivo da multa aplicada¹⁵ aos interessados (*por terem dificultado e sonegado informações à equipe de auditoria encarregada de realizar os trabalhos autorizados no Processo nº*

¹³ O Tribunal, por maioria, de acordo com o voto da Relatora, Conselheira MARLI VINHADELI, tendo em conta, em parte, a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I) tomar conhecimento da Instrução de fls. 537 a 546, dos documentos de fls. 492 a 506 e 520 a 536, e do Parecer nº 243/07-CF e anexos, às fls. 553 a 577, do Ofício nº 192/2007-PG, de 17.04.2007 (fls. 578/579); II) considerar insubsistentes as justificativas apresentadas em atenção ao item III da Decisão nº 1333/2006; III) aprovar, expedir e mandar publicar o acórdão apresentado pela Relatora; IV) considerar satisfatórias as justificativas apresentadas em atenção ao item IV, alínea "a", da Decisão nº 1333/06, em razão das informações de fls. 492 a 498, encaminhadas em atendimento ao disposto no IV, alínea "b", do mesmo "decisum"; V) uma vez ouvido o Relator das Contas do Governo do Distrito Federal, relativas ao exercício de 2006, determinar à 5ª ICE que considere o fato atinente à cessão de servidores da Codeplan, lastreada nos Decretos nºs 21.737/00, 21.738/00 e 23.758/03, por ocasião da elaboração do Relatório Analítico e Parecer Prévio, tendo em conta as informações trazidas a este Tribunal, por meio das razões de justificativa do ex-Presidente daquela Companhia, e do Ofício nº 1316/2006-GAB/SGA, de 11.09.2006; VI) dar conhecimento desta Decisão ao Chefe do Poder Executivo e à Câmara Legislativa do Distrito Federal, com base nos incisos XII e XIII do art. 1º da Lei Complementar nº 1/94, e ao Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, com esteio no artigo 185 do RI/TCDF, para que adotem as providências que julgarem pertinentes; VII) autorizar o retorno dos autos à 1ª ICE. Parcialmente vencidos o Conselheiro RONALDO COSTA COUTO, que votou pelo acolhimento, "in totum", da instrução e do parecer do Ministério Público, e a Revisora, Conselheira ANILCÉIA MACHADO, que manteve o seu voto. Impedidos de participar do julgamento deste processo os Conselheiros JORGE CAETANO e RENATO RAINHA.

¹⁴ O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto da Relatora, decidiu: I – não conhecer dos pedidos formulados por Durval Barbosa Rodrigues, dada a ausência de amparo legal e a inaplicabilidade do instituto da delação premiada ao processo administrativo neste Tribunal de Contas (precedentes: Processos nº 875/02 e 10478/07); II - **conhecer dos recursos formulados por José Ventura dos Santos, Guilherme Boechat Véio e Maria Cristina Batista Pina dos Santos, sob a forma de Pedido de Reexame, com efeito suspensivo dos itens II e III do "decisum" de nº 2778/07-MV, nos termos do art. 47 da Lei Complementar nº 1/94**; III - dar conhecimento aos nomeados interessados desta decisão, mediante o encaminhamento de cópia da Informação técnica de fls. 878 a 881, do Parecer nº 808/10-CF e do relatório/voto da Relatora; IV – autorizar o retorno dos autos à 1ª ICE. A Senhora Presidente, Conselheira ANILCÉIA MACHADO, deixou de atuar nos autos, por força do art. 16, VIII, do RI/TCDF, c/c o art. 135, parágrafo único, do CPC.

¹⁵ Item III da Decisão nº 1333/06: "*III. autorizar a audiência dos empregados da CODEPLAN mencionados no parágrafo 177 do relatório, tendo em conta a possibilidade de aplicação da multa prevista no art. 57, VI, da Lei Complementar nº 01/94, para, no prazo de 30 (trinta) dias, apresentarem justificativas por terem dificultado e sonegado informações à equipe de auditoria encarregada de realizar os trabalhos autorizados no Processo nº 464/2003*".



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
FORÇA-TAREFA DESIGNADA PELA PORTARIA Nº 128, DE 14/04/2011

Fls.
Proc.: 713/03

Rubrica

464/2003) não erige óbice ao julgamento das contas anuais de 2001 da CODEPLAN.

14. Tramitação semelhante teve o Processo nº 2120/03, que cuidou de inspeção na CODEPLAN para verificação da regularidade do Contrato nº 21/01, vigente de 20/11/01 a 19/05/02, firmado com dispensa de licitação, fundada no art. 24, IV, da Lei nº 8.666/93, com a empresa Power Marketing Promoções e Publicidade Ltda., visando à prestação de serviços de publicidade e propaganda.

15. Naqueles autos (nº 2120/03), os recursos interpostos contra a Decisão nº 2106/05 e o Acórdão nº 113/05¹⁶ foram improvidos pelas Decisões nº 3535/06, 6738/06 e 621/08.

16. Igualmente, no Processo nº 1017/01, que tratou do exame do relatório da auditoria realizada pelo Controle Interno na CODEPLAN, tendo como objeto a verificação da regularidade do Contrato de Gestão celebrado em 03/01/01 com o ICS, os recursos interpostos contra a Decisão nº 2505/06 e o Acórdão nº 133/06¹⁷ foram improvidos pela Decisão nº 4311/08.

17. De consequência, restando nos autos de nº 2120/03 e 1017/01, em essência, o cumprimento dos termos dos Acórdãos nº 113/05 e 133/06, sobressai a necessidade de consideração das irregularidades neles apontadas para fins de julgamento das presentes contas.

18. No tocante ao Processo nº 1822/04, a Decisão nº 1111/11 concedeu à *Secretaria de Estado de Transparência e Controle - SETC*,

¹⁶ **Síntese das impropriedades/falhas apuradas:** Contratação irregular de serviços com dispensa de licitação em desacordo com os arts. 2º, 24, IV, e 26, parágrafo único, I, da Lei nº 8666/1993.

¹⁷ Por irregularidades verificadas na assinatura e execução do contrato de gestão celebrado em 2001, com o Instituto Candango de Solidariedade – ICS.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
FORÇA-TAREFA DESIGNADA PELA PORTARIA Nº 128, DE 14/04/2011

Fls.
Proc.: 713/03

Rubrica

prorrogação de prazo de 30 (trinta) dias, [...] para encaminhamento das tomadas de contas especiais de que tratam os Processos nºs 017.000.121/2007, 017.000.122/2007, 017.000.125/2007, 017.000.126/2007, 017.000.127/2007 e 017.000.128/2007.

19. Semelhante Decisão (nº 6486/10), prolatada no Processo nº 2320/04, considerou prorrogado, na forma solicitada pela Corregedoria-Geral do Distrito Federal, a contar de 26/09/2010, o prazo para a remessa ao TCDF da tomada de contas especial de que trata o Processo GDF nº 010.001.093/2006.

20. De nossa parte, em razão do comando do item III da Decisão nº 658/07, consideramos que o eventual trâmite de processos de contas especiais não constitui obstáculo ao julgamento de contas anuais, especialmente no caso destes autos, quando ainda pende de cumprimento a determinação de remessa, pela CODEPLAN, via controle interno, da tomada de contas especial de que trata o Processo GDF nº 121.165.751/01, a teor da determinação constante do item III.b.3 da Decisão nº 1098/05 (Decisão nº 5205/05, item II).

21. Com o devido respeito, esposamos a tese que processos de contas anuais não devem ficar sobrestados, indefinidamente, no aguardo da remessa de contas especiais, especialmente quando a causa de decidir, atinente à gestão de determinado exercício, já se encontra madura, em virtude de reiteradas deliberações plenárias acerca de determinado tema, como no caso dos malsinados contratos de gestão CODEPLAN.

22. Referimo-nos ao entendimento externado pelos itens V e VII da Decisão TCDF nº 2786/04 (Processo nº 3185/99), por meio dos quais, em



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
FORÇA-TAREFA DESIGNADA PELA PORTARIA Nº 128, DE 14/04/2011

Fls.
Proc.: 713/03

Rubrica

síntese, o Tribunal de Contas do Distrito Federal considerou que os "Contratos de Gestão" S/Nº, de 18.07.03 (Processo nº 1610/03); S/Nº, de 03.09.03 (Processo nº 1733/03); S/Nº, de 17.10.03 (Processo nº 1933/03); S/Nº, de 11.11.03 (Processo nº 212/04); S/Nº, de 04.12.2003 (Processo nº 250/04); Nº 01/2004, de 20.01.04 (Processo nº 290/04) e Nº 7/2004, de 26.04.04, (Processo nº 1663/04), constituem uma relação contratual ilegal e antieconômica, estabelecida entre a CODEPLAN e o ICS, desde a assinatura do primeiro ajuste, em 26/02/99.

23. Antes, no mesmo Processo nº 3185/99, a Decisão nº 2555/03, item III, já havia considerado ilegal a contratação do ICS pela CODEPLAN, por meio dos Contratos de Gestão s/n de 06/09/2001 (Processo nº 1662/02), de 01/03/2002 (Processo nº 1663/02), de 16/09/2002 (Processo nº 1664/02) e de 21/03/03 (Processo nº 551/03).

24. Nesse mesmo raciocínio, os itens II e IV da Decisão nº 5531/06 (Processo nº 1878/03), quando o TCDF considerou ilegais os contratos de locação de equipamentos de informática celebrados entre a CODEPLAN e os seguintes órgãos: Gabinete da Vice-Governadoria (Contrato 06/2003); Secretaria de Estado de Governo (Contrato 24/2003); Secretaria de Estado de Turismo (Contrato 01/2003); Administração Regional do Cruzeiro (Contrato 01/2003); Administração Regional do Gama (III Termo Aditivo ao Contrato 01/2001); Administração Regional do Guará (Contrato 04/2002); Administração Regional do Núcleo Bandeirante (Contrato 05/2003); Administração Regional do Paranoá (Contrato 07/2003); Administração Regional de Planaltina (Contrato 02/2003); Administração Regional de Sobradinho (8º Termo Aditivo ao Contrato 09/2001); Administração Regional de Brasília (Contrato 007/2003); Administração Regional de Brazlândia (V



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
FORÇA-TAREFA DESIGNADA PELA PORTARIA Nº 128, DE 14/04/2011

Fls.
Proc.: 713/03

Rubrica

Termo Aditivo ao Contrato 02/2001); Administração Regional de Santa Maria (Contrato 01/2003); Corpo de Bombeiros Militar do DF (Contrato 22/2003).

25. Em havendo motivo bastante e suficiente para o julgamento das contas anuais, como ocorre no presente caso, carece de razoabilidade sobrestar o andamento do processo principal, em detrimento de autos secundários (tomadas de contas especiais), cuja eventual conclusão não alterará o entendimento acerca da gestão, como um todo, do administrador responsável pelas contas de determinado exercício financeiro.

26. O ocasional deslinde de uma TCE, após apurados os fatos, identificados os responsáveis e quantificado o dano ao erário, resultará, possivelmente, na cominação de sanções similares às ocasionalmente aplicadas em sede de contas anuais.

27. Em face desses pressupostos, entendemos que a determinação de *sobrestamento do julgamento das contas anuais de todos os órgãos e entidades do Distrito Federal que firmaram ajustes com o Instituto Candango de Solidariedade, até decisão deste Tribunal sobre o mérito dos respectivos processos de tomadas de contas especiais* (item V¹⁸ da Decisão nº 4117/03; Processo nº 890/03¹⁹), deve ser sopesada à luz do comando da Decisão nº 658/07 (item III²⁰).

¹⁸ V) autorizar o sobrestamento do julgamento das contas anuais de todos os órgãos e entidades do Distrito Federal que firmaram ajustes com o Instituto Candango de Solidariedade, até decisão deste Tribunal sobre o mérito dos respectivos processos de tomadas de contas especiais;

¹⁹ Ofício nº 161/2003-CF, por meio do qual a Procuradora CLÁUDIA FERNANDA DE OLIVEIRA PEREIRA requereu ao Tribunal que adotasse providência cautelar no sentido de mandar suspender o repasse de recursos financeiros distritais, em relação aos programas cuja execução o GDF tenha delegado ao ICS, até que o GDF demonstre a regularização de todo o processo.

²⁰ III. orientar a 1ª ICE a proceder ao reexame, a cada instrução processual, das causas materialmente passíveis de influência no julgamento da prestação de contas anual da CODEPLAN;



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
FORÇA-TAREFA DESIGNADA PELA PORTARIA Nº 128, DE 14/04/2011

Fls.
Proc.: 713/03

Rubrica

28. Nesse sentido, e em prol do normal andamento deste feito, demanda-se a audiência dos responsáveis acima indicados, nos termos do art. 13, III, da Lei Complementar nº 1/94, dada a possibilidade de julgamento, pela irregularidade, das presentes contas (art. 17, III, da LC nº 1/94), e sob as penas dos arts. 57 e 60 do referido diploma legal.

29. Neste caso, a irregularidade das contas, sem imputação de débito, na pendência do deslinde das tomadas de contas especiais instauradas, não antecipa, tampouco infirma, os eventuais prejuízos que os processos específicos possam evidenciar.

30. Convém esclarecer, ademais, que, em sede de defesa a ser apresentada, descabe a contestação do entendimento pela ilegalidade do contratos de gestão CODEPLAN x ICS, matéria já sedimentada nos Processos nº 3185/99 e 1878/03.

31. O que se deve perquirir é o reflexo dessa ilegalidade na gestão em comento.

32. Ante o exposto, sugerimos ao egrégio Plenário que:

I – tome conhecimento da presente Informação;

II – determine:

a) o levantamento das causas de sobrestamento deste Processo;

b) a audiência dos responsáveis nominados à fl. 66 destes autos, nos termos do art. 13, III, da Lei Complementar nº 1/94, dada a possibilidade de julgamento, pela irregularidade, das presentes contas (art. 17, III, da LC nº



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
FORÇA-TAREFA DESIGNADA PELA PORTARIA Nº 128, DE 14/04/2011

Fls.
Proc.: 713/03

Rubrica

1/94), e sob as penas dos arts. 57 e 60 do referido diploma legal;

III – autorize o retorno dos autos à 1ª ICE.

Julio Cesar Freitas de Sousa

Auditor de Controle Externo - matrícula nº 280-1

Renato Alves da Cruz

Auditor de Controle Externo - matrícula nº 318-2

Sebastião Cal de Miranda

Auditor de Controle Externo - matrícula nº 319-1